



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Assessoria Extraordinária para a Rio+20

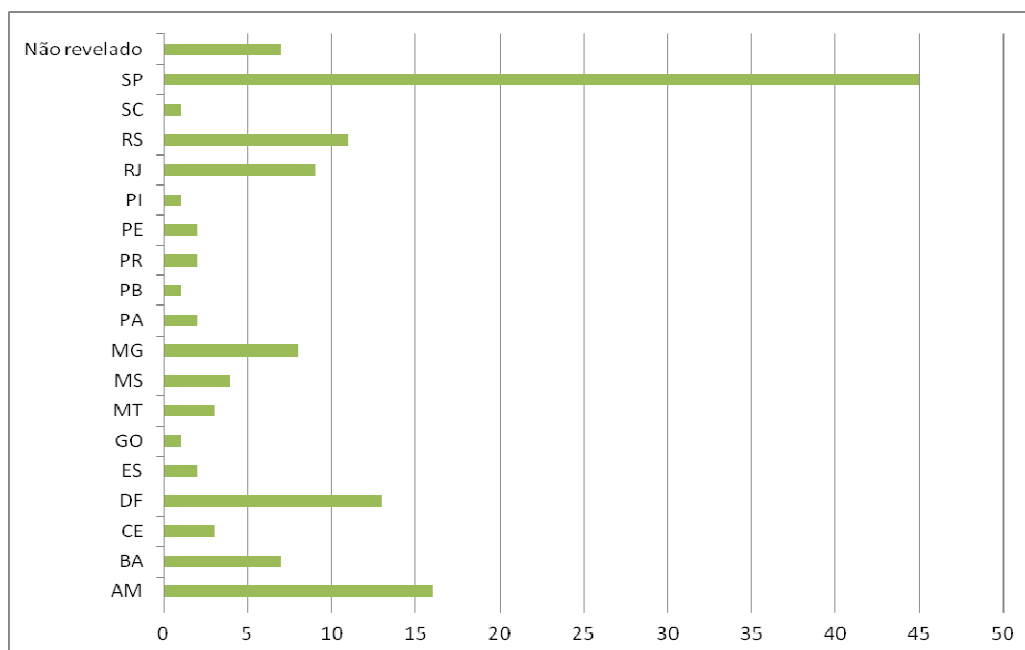
Consulta Pública Rio+20

Relatório Final

(I) Introdução

Entre os dias 5 e 30 de setembro de 2011, o Ministério do Meio Ambiente realizou consulta pública para colher subsídios ao posicionamento do Brasil perante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Toda a sociedade brasileira foi convidada a participar, por meio de amplo processo de divulgação, da referida consulta. Foram recebidos 139 questionários, oriundos dos seguintes setores: i) 103 da sociedade civil, dos quais 37 são do segmento organizado e 65, de cidadãos; ii) 16 de empresas, com forte participação do setor de energia; iii) 9 da comunidade acadêmica e iv) 11 de governos locais.

A distribuição geográfica dos participantes está exposta no gráfico abaixo



OBS: Diversas instituições sediadas em São Paulo e no Distrito Federal, em especial as da sociedade civil e do setor privado, têm alcance nacional.

NOTA METODOLÓGICA: A consulta pública estruturou-se em onze perguntas abertas (Anexo 1), as quais invocaram percepções sobre o progresso dos temas de desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, em nível nacional e internacional, e sobre os dois tópicos em pauta na Conferência Rio+20: (i) a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e do combate à pobreza, e (ii) estrutura de governança institucional para o desenvolvimento sustentável. O questionário-base da consulta pública priorizou a demanda por informações qualitativas, em detrimento de pesquisa quantitativa sobre ideias pré-apresentadas. Decorre disso o recebimento de um grande número de propostas sobre o amplo conjunto de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e aos seus desafios nas próximas décadas, muitas das quais serão essenciais à formulação do posicionamento do Brasil – país membro das Nações Unidas e sede da Conferência. No entanto, a liberdade de opinião concedida aos participantes teve como impacto, não raro, o uso do espaço de resposta para sugerir ações desvinculadas, diretamente, das onze perguntas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, o presente relatório privilegiou compilar sugestões que se ativeram ao tópico proposto, identificando convergências e divergências entre os segmentos, bem como as principais mensagens que, segundo os participantes, deverão embasar o posicionamento brasileiro sobre a Rio+20. Propostas e comentários elaborados de maneira mais detalhada ou apresentados por instituições representativas de setores específicos ou de reconhecido papel na discussão da sustentabilidade foram, eventualmente, identificados nominalmente.

(II) Compilação de respostas

Encontra-se, abaixo, o resumo das respostas recebidas, estruturadas por perguntas, agrupadas pelos seguintes segmentos da sociedade brasileira: i) sociedade civil – que, para este relatório, engloba organizações não-governamentais, movimentos sociais e indivíduos, ii) comunidade acadêmica, iii) setor empresarial e iv) governos locais.

1. A Conferência deverá estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Para que o Brasil exerça a liderança desse processo, deverá apresentar propostas para uma agenda de vanguarda, que eleve os níveis de ambição dos atuais debates. Qual seria a contribuição do Brasil nesse contexto?

Principais mensagens

- Todos os setores consultados requerem um papel de liderança do Brasil na Rio+20, quer seja por sua riqueza natural e cultural, quer seja pelos êxitos alcançados, desde 1992, nos três pilares do desenvolvimento sustentável.
- Há forte alinhamento de todos os setores no sentido de que o Brasil proponha um novo modelo de desenvolvimento global, monitorado por meio de indicadores de sustentabilidade.
- Um grande número de participantes aproveitou esse espaço para sugerir que a liderança internacional do Brasil seja acompanhada de coerência no trato de questões socioambientais internas, dentre as quais se destaca a temática do Código Florestal.

A pergunta está centrada na contribuição do país, como membro das Nações Unidas e sede da Conferência, para alcançar êxito na Rio+20. Ressalte-se que muitos participantes utilizaram esse espaço para apresentar propostas sobre o que o Brasil poderia fazer, internamente, para dar efetividade ao desenvolvimento sustentável, em especial no que concerne ao combate ao desmatamento e à manutenção da matriz energética com grande proporção de renováveis. Muitos pleiteiam, ainda, a criação de mecanismos bastante específicos, como mercados de carbono, os quais, por estarem a cargo de convenções multilaterais específicas, fogem do mandato e do escopo da Rio+20 e foram, portanto, ignorados para os fins dessa compilação.

Participantes da **sociedade civil** destacam o papel de liderança do Brasil no tema do desenvolvimento sustentável. Reconhece-se que o Brasil não é apenas parte da problemática, mas chave para a solução, em um contexto político distinto daquele de 1992, quando se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD 1992, popularmente conhecida como ECO 92), conforme ressalta o Greenpeace Brasil. Acredita-se que o Brasil seja a nação em desenvolvimento com maior potencial de demonstrar a possibilidade de aliar crescimento econômico a um novo modelo de uso dos recursos naturais. Destacam-se proposições de uma liderança pelo exemplo, que poderá motivar outros países, em especial aqueles em desenvolvimento, a entender e endossar os benefícios da sustentabilidade. Nesse sentido, diversos participantes ressaltaram a necessidade em haver coerência entre os pleitos internacionais do Brasil e as políticas públicas nacionais (Código Florestal, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, redução de IPI para veículos etc).

Há forte convergência no sentido de que a Rio+20 promova uma união de esforços que se baseie em uma aliança entre os setores público, empresarial e da sociedade civil. Cita-se, ainda, a necessidade de integrar instâncias de governo para que se desenvolva uma visão sistêmica sobre a sustentabilidade. Propõe-se que a Rio+20 crie uma narrativa positiva sobre as oportunidades socioeconômicas oriundas da transformação dos sistemas de consumo e produção, reconhecendo, ao mesmo tempo, o enorme desafio do Brasil e de outros países em erradicar a pobreza.

Quanto aos resultados concretos da Rio+20, ao passo que algumas instituições apontam para a necessidade de novos acordos, legalmente vinculantes (embora sem detalhar essa proposta), outras sugerem um renovado e substancial compromisso político, que aumente a capacidade de implementação de acordos já existentes. Fala-se, portanto, de uma agenda de transição rumo à efetividade do desenvolvimento sustentável, passível de ser monitorada por meio de indicadores quantificáveis.

Aparecem, recorrentemente, menções a mecanismos de mercado para conservação, como pagamentos por serviços ambientais, mercados de carbono e compensações por conservação, bem como a educação ambiental em todos os níveis de ensino.

Teve relevo, em especial, proposta do Vitae Civilis para que o Brasil, como sede, “forme, fomente e participe de grupos de países em torno de temas/propósitos específicos para os temas da Rio+20”, sem comprometer o espírito multilateral da conferência. Destacou-se, ademais, a proposta do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que sugere que a Rio+20 proponha “caminhos para uma economia incluyente, verde e responsável, baseada na participação de todos os setores da sociedade global, comprometida com a transparência e estruturada em sólida base política, ética e jurídica”.

Os movimentos sociais reconhecem os êxitos do Brasil nos três pilares do desenvolvimento sustentável, e sugerem que a contribuição do país seja dada por meio de exemplos de conduta e de liderança. Requerem meios de inclusão e de participação no processo de desenvolvimento sustentável, visto que os indígenas e as comunidades tradicionais têm forte participação na conservação e uso sustentável do capital natural. Sugerem, por fim, a elaboração de um pacto entre os setores, de maneira a salientar a responsabilidade coletiva inerente às políticas de sustentabilidade. O escasso progresso da Agenda 21 é, recorrentemente, citado pelos participantes desse segmento.

Representantes da **comunidade acadêmica** reconhecem, unanimemente, a posição de liderança do Brasil, em especial com os países em desenvolvimento. Para exercer essa liderança, o Brasil necessita apresentar sugestões de ações e de políticas que demonstrem a viabilidade da transição rumo à sustentabilidade e influenciem o comportamento dos agentes econômicos. Precisa, além disso, apresentar suas próprias ações e comprometimento com políticas socioambientais, ou “credenciais” (a exemplo da redução do desmatamento, legislação avançada, matriz energética com alto percentual de renováveis, compromisso de redução de gases de efeito estufa, redução de disparidades sociais, entre outras). Sugerem, ademais, a criação de mecanismos que assegurem a eficácia das próximas conferências das Nações Unidas sobre sustentabilidade. Têm relevo, nesse sentido, propostas que sugerem pesquisa e criação de novos indicadores para o desenvolvimento sustentável. Os participantes desse setor destacam o fomento à pesquisa em sustentabilidade, inclusive por conta do cenário positivo para indústrias biotecnológicas, no âmbito das quais o Brasil, devido ao capital natural que possui, deve tomar a vanguarda.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em particular, salienta a necessidade da criação e do reforço de mecanismos e instrumentos indutores da sustentabilidade, em especial os mecanismos financeiros e a transferência de tecnologia.

O **setor empresarial** preconiza que as práticas compatíveis com a economia verde já estão em curso no Brasil. A Eletrobrás e a Natura defenderam o argumento de que o Brasil possui condições de implementar um novo modelo socioeconômico e ambiental. As empresas participantes requerem, portanto, discussão sobre mecanismos públicos e privados e sobre marcos regulatórios que propiciem a implementação de mudanças estruturais no modelo vigente. O setor é unânime ao afirmar que o Brasil deve fornecer sua visão para o futuro, construída de maneira compartilhada, com objetivos concretos de longo prazo, colocados de forma voluntária para a comunidade internacional. Há forte convergência, ainda, quanto ao pleito de que a Rio+20 desenvolva indicadores de mensuração do desenvolvimento sustentável, que incluam temas como a conservação, o consumo e produção sustentáveis, o acesso e a produção de energia limpa, mecanismos financeiros etc.

Tem destaque a proposta da UNICA de produção de relatórios nacionais periódicos sobre a situação da sustentabilidade nos países, a exemplo do que ocorre no Conselho de Direitos Humanos e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (comunicações nacionais), os quais teriam, como critérios, indicadores acordados internacionalmente. Cita-se, ainda, a proposta do Banco da Amazônia de estruturação de uma governança global no âmbito da qual ocorra a transição para o modelo de desenvolvimento sustentável.

Os **governos locais** sugerem a reafirmação dos princípios da CNUMAD, de 1992, como a Agenda 21, e a construção de indicadores orientados para a mensuração do progresso e identificação de novos desafios. Tem destaque proposta da Prefeitura Municipal de Manaus para a criação de um “Caminho do Rio”, que estruture a cooperação internacional de longo prazo para o desenvolvimento sustentável. Proposta mais radical sugere a criação de um organismo supranacional capaz de exigir o cumprimento dos acordos ambientais internacionais.

2. Como poderá a Conferência causar impacto no debate interno sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil e contribuir para as necessárias transformações do país rumo à sustentabilidade?

Principais mensagens

- Os setores acreditam ser essencial pensar no legado a ser deixado pelo evento para a efetividade do desenvolvimento sustentável no país, e vêem-se como parte desse processo.
- Há forte convergência quanto à opinião de que a Rio+20 deve criar uma plataforma de diálogo permanente entre governos, sociedade e setor privado, que perdure após 2012.
- A Comunicação será ferramenta essencial para conceder visibilidade ao tema. Destaca-se o papel dos meios de comunicação, que necessitam veicular mensagens que alcancem audiências distintas, como crianças e jovens, adultos e idosos, e em distintos níveis de aprofundamento.

A pergunta enfoca a diferença que a Rio+20 poderá fazer no sentido de ampliar e melhorar o debate nacional sobre desenvolvimento sustentável. Muitos participantes utilizaram esse espaço para apresentar propostas específicas sobre suas áreas de atuação, as quais, na medida de sua importância, foram resumidas nessa seção.

A **sociedade civil** observa que a Conferência poderá criar uma agenda de compromisso, um canal único de diálogo entre o governo e a sociedade, especialmente no período após junho de 2012. Retoma-se, com frequência, a necessidade de efetivar a liderança brasileira na mudança de paradigma global de desenvolvimento. Destaca-se, nesse tópico, proposta da Conservação Internacional, segundo a qual a Rio+20 deve emitir uma sinalização clara sobre as correções do rumo do desenvolvimento, e o alinhamento da agenda nacional de planejamento econômico às questões socioambientais.

Representantes da sociedade civil acreditam no potencial de mobilização de diferentes setores no contexto da Rio+20, de maneira a informar, engajar e conscientizar a sociedade quanto às mudanças necessárias. A quase unanimidade dos atores desse segmento, sejam os representantes da sociedade civil organizada ou os indivíduos, ressalta a importância de maior inclusão, descentralização e conscientização da sociedade para dar viabilidade ao desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade do debate. Chama atenção, ainda, a demanda para aliar pleitos gerais da sociedade aos compromissos socioeconômicos e ambientais do Brasil.

O papel da imprensa como veiculadora de informações e ponte entre os participantes da Rio+20 e a sociedade deve ser estimulado pelos organizadores, devendo os meios de comunicação veicular mensagens destinadas a audiências distintas, como crianças e jovens, adultos e idosos, em distintos níveis de aprofundamento. Tem relevo, ainda, a demanda por maior envolvimento da classe política no processo da Rio+20, elevando o patamar das questões ambientais nos processos de tomada de decisão e integrando as distintas instâncias e níveis de governo.

Os movimentos sociais destacam a importância da participação democrática no processo decisório, com envolvimento de lideranças e de todas as instâncias de governo. Sugerem, também, que os meios de comunicação e de mídia sejam amplamente usados como forma de engajar a sociedade brasileira nos temas discutidos na Rio+20, catalisando a mudança de paradigma por ela pretendida. Além disso, realçam a importância de informar o que foi alcançado desde a CNUMAD 1992, e estimular a participação da sociedade por meio de canais de interlocução e do fortalecimento de capacidades sobre os temas caros à Rio+20.

O principal desafio apresentado pela **comunidade acadêmica** é como evoluir de um evento para um processo nacional de mudança, com pauta duradoura, necessário ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Realçam a importância da mudança nos padrões de consumo induzidas pelo Estado e pela sociedade, e a visibilidade proporcionada pela Conferência como forma de concretizar esses desafios. De maneira análoga a outros participantes, a academia enfatiza a necessidade de facilitar a participação dos diferentes segmentos da sociedade nos debates e nas tomadas de decisão, inclusive os governos municipais e estaduais, os quais poderão, também, conectar-se a outros governos locais do mundo. Acadêmicos pregam, ademais, a necessidade de fortalecer a educação ambiental, colocando a população brasileira, não raro alheia ou superficialmente conscientizada sobre a seriedade das questões socioambientais, a par dos riscos e dos desafios inerentes a elas. Deve-se, ademais, integrar a comunidade acadêmica e de pesquisa na busca de soluções para os grandes desafios socioeconômicos e ambientais que se apresentam.

As **empresas** consultadas chamam a atenção para o envolvimento efetivo que podem desempenhar na mudança de paradigma de desenvolvimento, especialmente pelo fato de a Conferência ter elegido o tema da economia verde como uma de suas prioridades. Algumas empresas que alegam já ter incluído questões socioambientais em suas estratégias de atuação ressaltam a dificuldade do Brasil em incorporar, de maneira efetiva, essas questões no ambiente empresarial, ainda excessivamente atrelado à lógica das finalidades econômicas. Realçam, também, a possibilidade de criação de plataformas e fóruns de diálogo, tanto no âmbito da própria Conferência quanto nos períodos anteriores e posteriores a ela, promovendo, assim, melhor entendimento sobre os temas da Rio+20. A criação de estruturas de incentivos para a sustentabilidade, como mecanismos de mercado, instrumentos financeiros (incluindo tributação diferenciada), parcerias público-privadas e compras públicas sustentáveis é recorrentemente citada, ainda que se trate de propostas bastante específicas para responder à pergunta proposta.

Tem destaque a proposta conjunta do Comitê Brasileiro do Pacto Global, do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e da Câmara Internacional de Comércio (Seção Brasileira) sobre a revisão das políticas públicas brasileiras após a Conferência, em linha com os seus resultados, mapeando as barreiras e as ferramentas que elas apresentam frente ao desenvolvimento sustentável. Cita-se, como exemplo, a possibilidade de aliar a geração de empregos verdes às estratégias de redução de pobreza.

Governos locais enfatizam a responsabilidade coletiva e a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade, demonstrando e dando visibilidade ao êxito de parcerias público-privadas, bem como às lições aprendidas. Esperam que os resultados da Rio+20 fortaleçam esse canais de comunicação e o nível de comprometimento dos atores com a causa da sustentabilidade. De maneira análoga aos movimentos sociais, destacam o papel da mídia como meio de veiculação de informações.

3. Como poderá a Rio+20 assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável? Como poderá contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, ultrapassando as divisões tradicionais (exemplo: Norte-Sul)?

Principais mensagens

- Todos os setores consultados sugerem a criação de indicadores mensuráveis como forma de renovar o compromisso internacional com o desenvolvimento sustentável.
- É necessário buscar reformas que catalisem a saída do discurso para a prática – por exemplo, meios de fazer fluir financiamento.
- A cooperação Sul-Sul e Sul-Norte é apontada como maneira de superar clivagens tradicionais, já em vias de superação na presente conjuntura.

A pergunta pode ser considerada de nível complexo para o cidadão que detém pouca informação sobre o funcionamento dos regimes internacionais, dado o número de abstenções e de respostas que fogem do escopo proposto. Diversas instituições aproveitaram o espaço, no entanto, para propor agendas específicas.

A **sociedade civil** acredita que, para que se alcance renovação do compromisso político, é necessário avaliar o que foi atingido ao longo das últimas duas décadas, fazendo um balanço dos compromissos anteriores. Organizações de relevo apontam para a ampliação da agenda de desenvolvimento sustentável, de maneira a incluir questões éticas e morais. Outras destacam a necessidade da criação de mecanismos de fortalecimento da confiança entre atores da comunidade internacional, como a divulgação de planos nacionais de desenvolvimento sustentável ou de mapas de transição para economias verdes, ou, ainda, a criação de mecanismos de cumprimento e de metas de desenvolvimento sustentável. Com relação ao tópico do fortalecimento do multilateralismo, diversas organizações apontam a cooperação Sul-Sul como um possível caminho. Permeia muitas respostas a ideia de sair do discurso para a prática, processo no qual a educação ambiental, metas de longo prazo com indicadores e o apoio da ciência seriam as vias de solução. Há dissenso quanto à ambição dos mecanismos de controle da degradação ambiental. Ao passo que alguns participantes sugerem a criação de regras simples, que permitam a interpretação nacional dos regimes ambientais, outros propõem a criação de uma estrutura supranacional, ou mecanismos de controle no âmbito da ONU, como um “Conselho de Segurança Ambiental”.

Movimentos sociais destacam a necessidade de o acordo emanado da Rio+20 considerar especificidades nacionais, em um horizonte de longo prazo, com metas e indicadores. Salientam, ademais, a necessidade de avaliar o progresso alcançado ao longo das últimas décadas, e aprovação de um documento realista, com chances reais de implementação. Idéias como a corresponsabilidade, a consciência do coletivo, soluções locais com elos globais e a ética aparecem, recorrentemente, nesse tópico. Um papel de maior responsabilidade dos países em desenvolvimento é ressaltado por um número relevante de participantes da sociedade civil, visto que a lógica rígida Norte-Sul já se encontraria em processo de superação e, de acordo com o que conclui o Instituto de Pesquisas da Amazônia (IPAM), vínculos Sul-Sul podem gerar benefícios oriundos da cooperação científico-tecnológica e quiçá financeira.

Representantes da **comunidade acadêmica** apontam para a necessidade de mecanismos simples, que criem transparência tanto nos processos decisórios nacionais e internacionais, incluindo, efetivamente, a sociedade civil, quanto na implementação de ações. Frequentemente, os participantes desse setor citam a elaboração de metas como forma de imprimir transparência às ações para o desenvolvimento sustentável, as quais poderiam ser reforçadas por mecanismos de cumprimento. A questão do financiamento público e privado é vista por alguns como uma maneira de assegurar compromisso político. Tem relevo a proposta do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA USP), a qual sugere que se busque maior criatividade nas modalidades de cooperação, a exemplo da criação de mecanismos de colaboração entre biomas semelhantes, de forma a compartilhar melhores práticas.

O **setor empresarial** propõe a criação de um novo modelo de mercado que fomente o desenvolvimento sustentável. Propostas incluem o desenvolvimento de um índice de sustentabilidade dos produtos, tornando os consumidores agentes de mudança, e uma renovada arquitetura de financiamento verde. O reforço das estruturas institucionais é, de igual maneira, realçada. Propostas específicas incluem a criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mensuráveis, compartilhados no longo prazo e capazes de angariar o engajamento do setor privado. Também as empresas destacam o fomento da cooperação Sul-Sul e Sul-Norte, em linha com a atual configuração do sistema internacional. Temas tradicionais como o financiamento e a transferência de tecnologia estão presentes nas respostas.

Governos locais chamam a atenção para o compartilhamento de responsabilidades, seja entre instâncias de governo, empresas e instituições de pesquisa de distintos biomas, seguindo a lógica de rede global. Realçam a participação de governos estaduais e municipais na elaboração de respostas necessárias às mudanças.

4. Quais são os principais avanços e lacunas na implementação dos documentos resultantes das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992 e Joanesburgo, 2002)?

Principais mensagens

- Os principais avanços apontados são a conscientização sobre o tema nos distintos níveis da sociedade, a participação da sociedade civil nos processos decisórios e a inclusão de novos temas na agenda de sustentabilidade internacional.
- As principais lacunas apresentadas são o déficit de implementação da Agenda 21 e o tema do comprometimento no discurso vis-à-vis a vontade política e os recursos financeiros para dar cumprimento.
- Representantes de todos os setores reconhecem avanços do Brasil na implementação dos acordos internacionais. Apontam, como exemplos, a queda na taxa de desmatamento e a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Houve cerca de 20% de abstenções nesse tópico.

Participantes da **sociedade civil** destacam avanços como a conscientização da sociedade e de instituições (meio jurídico, empresas) sobre as questões ambientais e a construção participativa das Agendas 21 locais. Considera-se avançada, ademais, a inclusão da sociedade civil nos processos de negociação e cooperação internacionais. É citada, também, a demonstração dos vínculos entre as agendas globais de comércio, financiamento e meio ambiente, bem como o debate sobre energias renováveis.

Por outro lado, os participantes criticam a falha em atribuir urgência e seriedade à ação global necessária às profundas mudanças de que necessitamos, ou seja, de transpor ações do discurso à prática. Esse fato seria motivado por falta de vontade política e pela dificuldade de implantar ações acordadas globalmente nos níveis nacional e local. A falta de apoio político e financeiro é apontada como a razão mais evidente para a maioria dos participantes nesse tópico. Também tem relevo a falta de efetividade dos arranjos institucionais (PNUMA, CDS), bem como o baixo nível de endosso e implementação da Agenda 21 – lacuna apontada pela quase totalidade de participantes desse setor. Acredita-se que se vive uma crise de implementação, em especial desde a Cúpula de Johannesburgo. Aponta-se, como outra lacuna, a falta de envolvimento dos ministérios econômicos, tanto nas negociações internacionais como na criação de políticas públicas. O foco excessivo em soluções tecnológicas, não contrabalanceado pela promoção de mudanças nos padrões de consumo, também é sublinhada por participantes.

Representantes da **academia** destacam avanços na criação de legislação e normas ambientais. De maneira análoga à sociedade civil, acreditam que há, hodiernamente, maior consciência quanto às questões socioambientais. Quanto às lacunas, apontam-se o vazio de implementação da Agenda 21, as promessas não correspondidas de mobilização de recursos financeiros e a carência de mecanismos de controle e acompanhamento de ações, acessíveis à sociedade.

Representantes de **empresas**, de maneira similar aos outros setores, reconhecem avanço na incorporação dos temas ambientais na agenda política, empresarial e social. Cita-se, ainda, o alcance de acordos importantes como o Protocolo de Nagoia. Apontam, por outro lado, o déficit de implementação da Agenda 21 como a lacuna mais evidente, e a dificuldade de transformar o discurso em prática, inclusive por meio de fortalecimento do papel de ações empresariais. A necessidade do estabelecimento de prazos de

cumprimento das ações acordadas em âmbito internacional é tema comum entre as respostas desse setor. A inclusão de novos temas na Cúpula de Johannesburgo, como a responsabilidade corporativa, produtos químicos e saneamento, é citada por alguns participantes desse setor como um avanço.

Governos locais aproveitaram esse espaço para indicar ações nacionais como avanços, a exemplo do desenvolvimento de Agendas 21 locais e do SNUC. No que concerne às lacunas, são citadas a morosidade das decisões de governos para por em prática as ações, a sobreposição de mandatos e de programas e a insuficiência de indicadores de mensuração dos compromissos assumidos.

5. Quais são os temas novos e emergentes que devem ser incluídos na nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável? Quais temas contemplam, de forma equilibrada, as dimensões ambiental, social e econômica?

Principais mensagens

- Os temas emergentes que surgem, com maior frequência, entre os setores consultados são: segurança alimentar, empregos verdes, energias renováveis, educação ambiental, valorização de serviços ambientais, planejamento urbano, novas métricas de riqueza, avaliação de impacto ambiental, recursos hídricos.

Com o intuito de prestar objetividade à compilação, optou-se por listar as sugestões de novos temas.

A **sociedade civil** propõe:

- segurança alimentar sustentável (recorrente)
- empregos verdes, valorizando o empreendedorismo (recorrente)
- energias renováveis (recorrente)
- recursos hídricos (recorrente)
- economia solidária (recorrente)
- educação ambiental (recorrente)
- consumo sustentável (recorrente)
- valorização de serviços ambientais/mecanismos de mercado para conservação de bens comuns e de ecossistemas (recorrente)
- políticas de mobilidade/planejamento urbano/cidades sustentáveis
- ampliação da participação da sociedade civil nos fóruns de discussão e negociação
- desastres naturais/refugiados ambientais
- compras públicas sustentáveis
- novas métricas de riqueza (adaptação PIB, IDH) / indicadores de sustentabilidade
- pobreza multidimensional
- lixo eletrônico
- desenvolvimento e difusão de novas tecnologias
- sistemas de governança inclusivos
- regulação da responsabilidade empresarial (inclusive com criação de indicadores)
- medidas vinculantes e de coerção para a degradação ambiental
- custos da degradação ambiental, a ser discutido no âmbito da Organização Mundial de Comércio

Acreditam que o tema da economia verde poderá contemplar ações nos três pilares do desenvolvimento sustentável, com co-benefícios nas esferas moral e ética.

Representantes da **comunidade acadêmica** propõem:

- segurança alimentar (recorrente)
- energias renováveis (recorrente)
- recursos hídricos
- regulamentação ambiental do comércio
- mobilidade urbana / cidades sustentáveis
- valoração de serviços ambientais
- agricultura sustentável
- novas métricas de riqueza (adaptação PIB, IDH) / indicadores de sustentabilidade

Representantes de **empresas** propõem:

- pegadas ecológicas/ mensuração de impacto ambiental (recorrente)
- mecanismos de mercado para conservação de bens comuns e de ecossistemas (recorrente)
- energias renováveis
- agricultura sustentável
- indicadores de sustentabilidade
- comércio e meio ambiente
- educação ambiental
- erradicação da pobreza
- consumo sustentável
- planejamento urbano / construções sustentáveis

Governos locais sugerem:

- recursos hídricos (recorrente)
- consumo sustentável (recorrente)
- mecanismos de mercado para conservação de bens comuns e de ecossistemas
- cidades sustentáveis / planejamento urbano (recorrente)
- energias renováveis
- pegadas ecológicas/ mensuração de impacto ambiental
- agricultura sustentável / segurança alimentar
- economia solidária
- cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável
- empregos verdes

6. A economia verde deve ser uma ferramenta do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, novos padrões de consumo e produção devem guiar as atividades econômicas, sociais e ambientais. Quais seriam esses novos padrões?

Principais mensagens

- Demanda-se maior articulação entre as esferas pública e privada na busca de soluções, bem como estímulos ao papel do consumidor para que se logre alcançar mudanças profundas.
- O tema das compras públicas sustentáveis como vetor de mudança é citado por um número relevante de participantes.

A **sociedade civil** considera que os agentes econômicos podem e devem ser um vetor de mudança na transição para economias verdes. É unânime a percepção de que estímulos do lado do consumo e da produção, concomitantemente, são necessários para que se alcancem as mudanças necessárias. Precificação e taxação do carbono, assim como outros instrumentos econômicos, são listados como medidas potencialmente efetivas nessa direção. Há grande convergência de opiniões no sentido de que esses novos padrões sejam refletidos em novas métricas para o desenvolvimento. Os grandes temas de produção sustentável são recorrentemente citados pelos participantes, como a reciclagem, produção orgânica, certificação de produtos florestais, análise do ciclo de vida, eficiência no uso dos recursos etc. Também citou-se o estímulo à inovação como forma de mudar padrões de consumo. Surge como proposta, ademais, uma maior articulação entre a ação pública e a privada, de maneira a compartilhar competências e expertises. Diversos participantes da sociedade civil listam a eliminação de subsídios governamentais perversos (não raro recorrendo a exemplos brasileiros das indústrias de alimentos e de petróleo e gás) como possível óbice ao desenvolvimento sustentável.

Compras públicas sustentáveis são apontadas por diversos participantes desse setor como forma de sinalizar, para os agentes econômicos, a mudança dos padrões de consumo, redirecionando, conseqüentemente, a produção. O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) apresenta dados relevantes para ratificar esse argumento. O tema da equidade socioambiental tem destaque nas propostas desse setor. É frequente a ideia de que a informação ao consumidor é ferramenta essencial na mudança dos padrões, de modo que ele possa não apenas ter liberdade de escolha, mas também ser responsabilizado por ela. O consumo deve ser entendido como meio, e não como fim – daí a necessidade de novas métricas para aferir o desenvolvimento.

Teve destaque a proposta do Instituto Akatu, que detalha uma estrutura para que mudanças nos padrões de consumo ocorram. São listadas medidas específicas, como selos e certificações, campanhas de conscientização, e desenvolvimento de caminhos para a transição do descartável para o durável, da posse para o uso compartilhado, do fóssil para o renovável, do material para o virtual etc.

Participantes da **academia** propõem a valorização de economias locais e a conscientização do consumidor e do produtor. Tópicos como capacitação das cadeias de produção, mecanismos de mercado para conservação, energias renováveis e construções sustentáveis são mencionados pelos representantes desse setor. No âmbito das políticas públicas, são citados os incentivos à pesquisa e inovação, benefícios

fiscais e investimento em educação para o desenvolvimento sustentável. Ressaltam que a economia verde não deve ser usada como pretexto para o soerguimento de barreiras protecionistas ao comércio internacional, as quais podem causar desequilíbrio entre os pilares do desenvolvimento sustentável.

Entre os representantes do **setor empresarial**, acredita-se que o Processo de Marrakesh, liderado pelo UN DESA e pelo PNUMA seja uma referência programática para a continuidade do debate sobre consumo e produção sustentáveis, conforme sugere a Confederação Nacional do Transporte (CNT). O tema da rotulagem e do desenvolvimento de índices de sustentabilidade é caro aos participantes desse setor. Acredita-se que falem incentivos positivos para o aumento, em escala, de técnicas sustentáveis já existentes, e que o envolvimento do consumidor seja essencial para que se chegue a mudanças estruturais.

Governos locais chamam a atenção para os temas das energias renováveis, construções sustentáveis e a taxação e subsídios à produção sustentável. Citam-se, ainda, os tópicos das novas métricas de desenvolvimento, da análise do ciclo de vida dos produtos e do comércio justo.

7. Há consenso político de que as políticas e instrumentos para a implementação da economia verde deverão variar de acordo com o contexto de cada país. Com essa premissa, e considerando o desafio da erradicação da pobreza, como a transição para uma “economia verde” pode ser inclusiva e contemplar princípios de equidade entre gerações, entre países e dentro de um mesmo país?

Principais mensagens

- A economia verde deve integrar os mecanismos de indução das políticas macroeconômicas e sociais.
- A economia verde é compatível com as estratégias de crescimento econômico e de combate à pobreza – por exemplo, via economia solidária, ou criação de empregos mais qualificados.
- Sugere-se a criação de indicadores e metas abrangentes para o desenvolvimento sustentável, com gestão nacional e local.

Houve cerca de 15% de abstenções nesse tópico.

Entre as propostas da **sociedade civil**, são encontradas sugestões como a discussão da economia verde no espectro macroeconômico (políticas fiscal, cambial e monetária) e o fortalecimento de instrumentos de indução correspondentes. Sugere-se, também, a criação de indicadores e metas para o desenvolvimento sustentável, como forma de gestão nacional e local dos princípios globais. Acredita-se ser importante respeitar os saberes das comunidades tradicionais, o que poderá fomentar a economia solidária. Propõe-se, ainda, a substituição do PIB por um indicador integrado de sustentabilidade. Destaca-se, ademais, sugestão de apoiar pequenas e médias empresas, para que possam ter os meios necessários à adequação de sua produção, bem como o estímulo à inovação e à transferência de ganhos. A responsabilidade coletiva com o bem-estar é igualmente citada, assim como a relação entre decisões de consumo e as questões gênero (70% das decisões de consumo seriam tomadas por mulheres). Diversas propostas chamam a atenção para o tema da educação ambiental e para a valorização do conhecimento local. Acredita-se ser vital, ainda, trabalhar em parceria com as instituições financeiras para aumentar e melhorar a gestão do capital necessário à economia verde.

No âmbito da **comunidade acadêmica**, acredita-se que a economia verde seja compatível com as estratégias de erradicação da pobreza, embora alguns participantes alertem para o fato de que deve haver cuidado ao implantar novos padrões econômicos de forma a não gerar exclusão. Para tanto, no caso do Brasil, é necessário fazer florescer uma economia florestal solidária, com apoio dos governos, em seus diversos níveis. Também nesse setor a educação ambiental é citada com frequência – “a transição começa pela raiz”.

As propostas do **setor empresarial** incluem a criação de fundos públicos de investimento social direto, com vistas à formação de novos mercados, e o incentivo ao microempreendedor, ao microcrédito e à valorização das potencialidades regionais. A geração de novos empregos verdes, mais qualificados, poderá acarretar ganhos para as economias, mas também a exclusão da massa de trabalhadores desqualificados nos países menos desenvolvidos.

Os **governos locais** chamam atenção para a necessidade de inclusão social por meio do fortalecimento de capacidades e da geração de incentivos financeiros. É necessário, segundo esse segmento, definir claramente o conceito da economia verde, bem como propor os instrumentos necessários à efetiva inclusão e promoção social.

8. Qual o modelo de estrutura institucional que permite integrar melhor as agendas e atividades das instituições responsáveis pelos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, nas esferas internacional e nacional?

Principais mensagens

- É essencial assegurar a transversalidade das questões ambientais nas políticas públicas nacionais, reforçando o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade. A incorporação de um pilar ambiental no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) é citada por um número não desprezível de participantes, em alguns casos acompanhada pela sugestão de reatamento de estrutura similar no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, no Brasil.
- A participação democrática deve ser a tônica dos processos nacionais e internacionais.
- Não é possível identificar convergência quanto ao modelo ideal de governança no âmbito internacional.

Entre as propostas da **sociedade civil**, acredita-se que o maior desafio nacional seja a incorporação da sustentabilidade de maneira transversal e a institucionalização de espaços de participação social que sejam deliberativos. Não raro se mencionam exemplos concretos de boas práticas em processos de políticas públicas, como o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Tiveram destaque a sugestão de incorporação de um pilar ambiental no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), e a proposta de mudança das agências de desenvolvimento nacionais de forma a congregarem os três pilares. Ressalte-se que esforços de transparência e de participação devem ser conjugados a tais ações. A tônica para quaisquer mudanças, no nível nacional, deverá ser a democracia na tomada de decisões. A ação por meio de redes de participação, com auxílio das tecnologias vigentes, também é citada de maneira recorrente. O modelo recente de participação social por meio de conferências nacionais é elogiado por um número relevante de participantes.

No nível internacional, é citada a necessidade de incorporação de processos com ampla participação das partes interessadas, o que permitirá a corresponsabilização de atores, em especial das empresas. Propõe-se a reestruturação do ECOSOC de forma a absorver a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), dotando-o do fortalecimento institucional necessário para que assuma a função de “instituição guarda-chuva” da implementação dos compromissos internacionais em matéria de desenvolvimento sustentável, coordenação de planos nacionais e fortalecimento dos demais organismos, agências e programas. Propostas mais ambiciosas requerem a criação de Conselho de Meio Ambiente em pé de igualdade com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou a transformação do PNUMA em agência especializada. Requerem-se, contudo, modelos mais simples, menos burocráticos. É comum encontrar respostas que realcem a necessidade de maior coordenação, diálogo e sinergias entre as instituições que compõem os três pilares. Em suma, não é possível identificar convergência dos participantes sobre o melhor modelo de governança internacional, embora tenha havido várias propostas.

A **comunidade acadêmica** propõe um modelo de informação e articulação que permita cobrir as lacunas existentes, assim como identificar problemas emergentes. No nível nacional, há percepção de que um dos desafios é a incompatibilização entre o pensamento de curto prazo dos governantes e a necessidade de implantar modelos de longo prazo necessários à sustentabilidade.

As **empresas** consultadas corroboram a demanda por processos participativos, nos níveis nacional e internacional. Proposta mais ambiciosa para a governança internacional sugere a criação de um “Comitê Internacional do Desenvolvimento Sustentável”, com participação paritária entre a sociedade civil e os governos. Propõe-se analisar a viabilidade da integração entre a Comissão de Desenvolvimento Sustentável e a agenda econômica da ONU. Tem destaque proposta para criação de organismo puramente técnico e reduzido para a supervisão da implementação dos acordos ambientais internacionais. Chama atenção, no nível nacional, a demanda por maior participação empresarial na Comissão Nacional Preparatória para a Rio+20. Tem ressonância, também nesse setor, a proposta de mudança do CDES, de maneira a incorporar as questões ambientais. Sugere-se, ademais, a criação da Agência Nacional de Sustentabilidade.

Governos locais demandam processos de participação democráticos e inclusivos. Chamam atenção a proposta de transformação do ECOSOC em Conselho de Desenvolvimento Sustentável, e sugestão de revisão das políticas operacionais dos organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

9. Quais sugestões poderiam ser feitas para que a implementação de projetos de agências internacionais no País seja realizada de forma coordenada, evitando a duplicação de esforços?

Principais mensagens

- Necessita-se de reforma de instituições e de regulamentos nacionais para dar maior efetividade à cooperação internacional em matéria de desenvolvimento sustentável, com destaque para a Agência Brasileira de Cooperação.
- Propõe-se a criação de uma instituição capaz de centralizar demandas de financiamento e um banco de informações sobre projetos. Faz-se necessário usar as tecnologias da informação disponíveis para tal.

Houve cerca de 15% de abstenções nesse tópico.

Entidades da **sociedade civil** propõem reforma da Agência Brasileira de Cooperação, transformando-a em instituição capaz de ser expedita e proativa na cooperação internacional e nacional. Sugere-se maior diálogo com a sociedade civil, fazendo uso de estruturas participativas “de baixo para cima” (*bottom-up*), com envolvimento de diversos atores de governo, da sociedade e do setor produtivo. Acredita-se, ainda, que uma maior coordenação no plano global refletir-se-á em uma melhor atuação no nível nacional. Demandam-se ações coordenadas do PNUMA e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), para centralizar demandas de financiamento, e um banco de dados de projetos, homogeneizando procedimentos e contendo previsibilidade para prazos e custos vinculados. Diversos participantes destacam a necessidade de melhorias na comunicação e coordenação entre as agências da ONU, citando exemplos simples como um cadastro unificado dos projetos, que poderá evitar a duplicação de esforços. Tem relevo proposta para a criação de mecanismos de revisão periódica universal (semelhantes àqueles do Conselho de Direitos Humanos), no qual as ações reportadas pelos países pudessem ser examinadas e monitoradas. Demanda-se maior envolvimento do Poder Legislativo e dos governos locais no trato dessas questões.

Propostas da **comunidade acadêmica** apresentam demanda de formação de frentes de trabalho por áreas de conhecimento, concentrando esforços e evitando desperdícios. Sugerem também maior participação da sociedade civil nos processos decisórios.

Empresas, por sua vez, demandam plataforma/comitê que compile, monitore e faça sugestões de encaminhamento para projetos entre os ministérios e as agências. Sugerem, de maneira similar à sociedade civil, a criação de espaço digital de fácil acesso que congregue propostas e projeto em andamento.

Governos locais propõem o desenvolvimento de uma rede nacional e internacional de projetos adaptáveis a regiões/biomas que tenham problemas similares. Acreditam, também, que há amplo espaço de aprimoramento da Agência Brasileira de Cooperação, com destaque para a cooperação internacional descentralizada.

10. Como fortalecer a governança ambiental internacional, particularmente o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em seu papel de apoiar os países na implementação dos compromissos ambientais e de formação de capacidades, promovendo a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais, entre si e com o Programa?

Principais mensagens

- O PNUMA encontra-se limitado por suas estruturas burocráticas e pela escassez de recursos, o que impossibilita uma atuação de maior relevância.
- Os principais meios de promover mudanças em sua área de atuação seriam o fortalecimento dessa instituição, a ampliação de sua estrutura de governança, maiores aportes financeiros e mais transparência.
- Demanda-se maior participação dos países em desenvolvimento e coordenação com a sociedade civil.

Participantes da **sociedade civil** acreditam que o maior desafio seja o pouco nível de capacidade de imposição de cumprimento dos acordos ambientais (*enforcement*), e a necessidade de papel político mais relevante para o PNUMA. O próprio estatuto dessa instituição restringe sua atuação (entraves burocráticos), assim como suas estruturas operacionais e dotação financeira. Chamam atenção, ademais, para a necessidade de capacitação e de mecanismos de participação efetiva da sociedade civil. Requerem, dessa maneira, fortalecimento dessa instituição, a ampliação de sua estrutura de governança, aportes financeiros adequados, maior transparência e alcance da divulgação de informações sobre acordos internacionais e projetos de cooperação. Acredita-se, ainda, que a presença descentralizada, nacional e local, trabalhando em parceria com atores locais, da sociedade civil de governos locais e nacionais e do setor privado, deva ser aprimorada no que se refere à atuação das Nações Unidas em geral.

Participantes da **academia** também propõem o fortalecimento do PNUMA, transformando-o em uma organização com maiores poderes para acompanhar e monitorar o cumprimento dos acordos ambientais. Acredita-se que a complexa ordem ambiental está sendo construída de maneira desarticulada e lenta. Demandam, ainda, maior articulação entre as Nações Unidas e as universidades.

Empresas consultadas acreditam no fortalecimento do PNUMA como parte da rearticulação da governança ambiental. Sugerem a incorporação da função de regulador-base do regime internacional de meio ambiente, organizando o conjunto de acordos multilaterais e servindo de guarda-chuva para discussões sobre o tema. Demanda-se maior poder de participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios internacionais, espaço para o desenvolvimento de ações em parceria com o setor privado e respeito às especificidades locais.

Governos locais pleiteiam a criação de mecanismos econômicos e financeiros e o fortalecimento do PNUMA. Alguns chegam a sugerir a criação da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Acreditam haver espaço para maior articulação entre estados e prefeituras com os organismos internacionais.

11. Qual o papel dos atores não-governamentais no sistema multilateral e de que forma as estruturas de governança das Nações Unidas podem viabilizar a participação e o reconhecimento das visões e demandas desses atores, de forma a não só influenciar o processo decisório como, também, de torná-los mais comprometidos com a implementação das decisões?

Principais mensagens

- O papel dos atores não-governamentais é essencial nos processos de tomada de decisão e no monitoramento do seu progresso.
- Atores não-governamentais têm visão mais acurada sobre as realidades locais e estariam menos sujeitos a constrangimentos de cunho político.
- Há convergência quanto à necessidade de reavaliação da atuação dos *Major Groups* da ONU, de maneira a ampliar sua representatividade e efetividade.

A **sociedade civil**, segmento mais interessado nesse tópico, apresentou leitura abrangente e qualificada sobre o questionamento colocado. Observa-se que a realidade atual é sobremaneira distinta daquela de duas décadas atrás, e que o papel dos atores não-governamentais é essencial para a tomada de decisões justas e equilibradas. As formas encontradas até o momento de viabilizar a participação da sociedade civil nos fóruns multilaterais ainda são tímidas e contêm limites quanto à influência nas decisões. As principais deficiências apontadas no atual sistema de inclusão da sociedade civil são: a necessidade de recolher preocupações e propostas de maneira mais estruturada, a busca pela complementaridade das ações e o exercício compartilhado do controle social. Acredita-se que haja espaço para reavaliar o escopo dos *Major Groups* da ONU, a despeito de ter sido sua própria criação um avanço, de maneira a ampliar sua representatividade (geográfica, setorial) e efetividade (real influência) nos debates. O modelo de tomada de decisão da OIT, que incorpora, em certa medida, as organizações sindicais, pode servir referência. Demanda-se, ainda, que a sociedade civil organizada tenha função de monitoramento das ações dos Estados.

A **academia** propõe a participação das entidades da sociedade civil nas reuniões de cúpula, concedendo-lhe, também, poder decisório. Acreditam que atores não-governamentais têm visão mais acurada sobre as realidades locais e estão menos sujeitos a constrangimentos de cunho político, alguns dos quais têm obstado progresso do desenvolvimento sustentável. O controle social é citado, também por esse setor, como uma forma de participação da sociedade civil. As posições da sociedade civil devem ser representadas e sua influência no processo decisório, ampliada. .

O **setor empresarial** propõe a participação da sociedade civil nos processos decisórios de maneira formal. O tópico da transparência da divulgação de informações para as partes interessadas é defendido por esse setor. Atores não-governamentais contribuem com a pluralidade de visões, amplitude geográfica e, especialmente, com o envolvimento local, garantindo sustentabilidade das ações. Sugere, ainda mecanismos específicos, como o uso de redes sociais, para ampliar a participação desse segmento.

Governos locais sugerem o acompanhamento e colaboração da sociedade civil na elaboração de projetos ambientais, bem como a ampliação das redes de comunicação entre os atores envolvidos. As Nações Unidas devem criar mecanismos de consulta amplos, permanentes e participativos. Propõe-se, ainda, o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento eficazes para a fiscalização das ações e cumprimento dos acordos.

(III) Conclusão

O processo de consulta pública correspondeu às expectativas do Ministério do Meio Ambiente. A quantidade e a qualidade das propostas recebidas, durante curto espaço de tempo, corroboram tal leitura, ademais de explicitar o fato de que a sociedade brasileira, independentemente de ser diretamente demandada, já se encontra em processo de reflexão a respeito das duas principais motivações da consulta, a saber, uma avaliação dos resultados alcançados desde a CNUMAD 1992 e as perspectivas sobre os temas em pauta na Rio+20. A opinião pública brasileira entende, também, que, ademais dos avanços internacionais a serem buscados na Conferência, mais importante é o legado a ser deixado para o Brasil pelo processo preparatório do evento, traduzido no estabelecimento de novas plataformas de ação e diálogo, novas respostas e intervenções de políticas públicas e melhores práticas para a sustentabilidade, difundidas entre diversos atores da sociedade.

No que concerne à avaliação de resultados desde a CNUMAD 1992, observa-se que os participantes reconhecem o êxito do Brasil em sua participação junto aos acordos internacionais, tendo logrado avanços no âmbito dos três pilares do desenvolvimento sustentável: crescimento econômico, aliado à diminuição de disparidades sociais e ao combate à pobreza, em conjunção com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Esse quadro contribui para colocar o Brasil em papel de liderança no atual contexto, estando o país apto a promover, ativamente, a necessária correção do paradigma de desenvolvimento a que se pretende a sustentabilidade. Contudo, acredita-se que o Brasil, internamente, ainda enfrente desafios para assegurar que esses êxitos se mantenham no médio e no longo prazo, fato que agrega complexidade à participação do país na Conferência Rio+20.

Todos os segmentos participantes destacaram o notável aumento no nível de conscientização da sociedade e do Estado sobre o tema do desenvolvimento sustentável. No entanto, observou-se que muitos participantes associam, primordialmente, a agenda de sustentabilidade aos temas ambientais, ignorando, muitas vezes, o necessário equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental.

Em contraste com o contexto interno relativamente favorável, os participantes da consulta realçaram o déficit de implementação da Agenda 21 no nível internacional, incluindo a dificuldade em monitorar progresso sobre os temas nela contidos, devido à ausência de indicadores simples e acessíveis à sociedade e aos governos. Ademais, afirmaram que há significativa discrepância entre o discurso político inerente aos regimes de sustentabilidade e a práxis, em especial o desenvolvimento de ações, políticas públicas e a, enfaticamente destacada, mobilização de recursos.

Dessa forma, os participantes advogaram pela elaboração, durante a Rio+20, de indicadores e de novas métricas de desenvolvimento, os quais reflitam o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade e a possibilidade de monitorar o cumprimento de ações de forma tangível. Sugeriram, ainda, que essas medidas sirvam de base à elaboração de planos nacionais de sustentabilidade. A cooperação foi vista como forma de auxiliar a superar esses desafios e clivagens tradicionais, como a Norte-Sul.

No que se refere à agenda sobre desenvolvimento sustentável, os participantes convergiram ao indicar tanto um conjunto de temas de vanguarda quanto o fortalecimento de assuntos tradicionais: segurança alimentar, empregos verdes, energias renováveis, educação ambiental, valoração de serviços ambientais, planejamento urbano, novas métricas de riqueza, avaliação de impacto ambiental, recursos hídricos, entre

outros. Esses temas devem, segundo as propostas, fazer parte dos instrumentos de implantação da economia verde, a qual, acredita-se, é compatível com o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, acreditam na possibilidade de interligar questões ambientais a políticas macroeconômicas e sociais. Citam, como exemplo, o fortalecimento de parcerias entre os setores público e privado e o desenvolvimento de instrumentos econômicos direcionados ao “esverdeamento” da economia, como taxaço e subsídios. Revelou-se, ainda, a sugestão de ativar o papel indutor do Estado por intermédio de políticas eficazes de compras públicas sustentáveis.

Embora à primeira vista complexo, o tema da governança institucional do desenvolvimento sustentável obteve um número expressivo de propostas. Em âmbito nacional, os participantes preconizaram a necessidade de assegurar a transversalidade das políticas públicas, de maneira a equilibrar e maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais. No âmbito doméstico, acredita-se que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social seja fórum importante para discutir essas questões, sob o ponto de vista estratégico, levando em consideração, resalte-se, a participação democrática dos atores interessados e a inclusão do pilar ambiental em sua estrutura. Quanto à implementação de ações, acredita-se que haja espaço de aprimoramento da atuação da Agência Brasileira de Cooperação e de outras instituições, e do uso de tecnologias da informação para assegurar maior coordenação e transparência do financiamento de ações de sustentabilidade.

Sobre modelo de governança internacional, convergiram os participantes ao afirmar que a estrutura das Nações Unidas, em especial a do PNUMA, não corresponde ao nível de efetividade esperado. As propostas apresentadas transitaram desde uma reestruturação do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), de forma a absorver parte das funções da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), até a criação de organismo com poderes equiparados aos do Conselho de Segurança. Houve alinhamento, contudo, quanto à opinião de que o aporte de recursos financeiros às ações de sustentabilidade não corresponde ao necessário, e tampouco é previsível ou transparente. A participação da sociedade civil foi destacada como maneira de aprimorar o processo decisório e o espírito democrático da agenda de sustentabilidade nacional e internacional.

Anexo I

Dados – Questionário

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE – Pessoa Física
Nome Completo:
Unidade da Federação:
Telefone:
E-mail:

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE – Pessoa Jurídica
Instituição:
Representante da Instituição:
Unidade da Federação:
Telefone:
E-mail:
SETOR DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:
<input type="checkbox"/>) Governamental
<input type="checkbox"/>) Sociedade Civil
<input type="checkbox"/>) Empresarial

QUESTIONÁRIO

1. A Conferência deverá estabelecer a nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Para que o Brasil exerça a liderança desse processo, deverá apresentar propostas para uma agenda de vanguarda, que eleve os níveis de ambição dos atuais debates. Qual seria a contribuição do Brasil nesse contexto?
2. Como poderá a Conferência causar impacto no debate interno sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil e contribuir para as necessárias transformações do país rumo à sustentabilidade?
3. Como poderá a Rio+20 assegurar a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável? Como poderá contribuir para o fortalecimento do multilateralismo, ultrapassando as divisões tradicionais (exemplo: Norte-Sul)?
4. Quais são os principais avanços e lacunas na implementação dos documentos resultantes das Cúpulas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, 1992 e Joanesburgo, 2002)?
5. Quais são os temas novos e emergentes que devem ser incluídos na nova agenda internacional do desenvolvimento sustentável? Quais temas contemplam, de forma equilibrada, as dimensões ambiental, social e econômica?
6. A economia verde deve ser uma ferramenta do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, novos padrões de consumo e produção devem guiar as atividades econômicas, sociais e ambientais. Quais seriam esses novos padrões?
7. Há consenso político de que as políticas e instrumentos para a implementação da economia verde deverão variar de acordo com o contexto de cada país. Com essa premissa, e considerando o desafio da erradicação da pobreza, como a transição para uma “economia verde” pode ser inclusiva e contemplar princípios de equidade entre gerações, entre países e dentro de um mesmo país?
8. Qual o modelo de estrutura institucional que permite integrar melhor as agendas e atividades das instituições responsáveis pelos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, nas esferas internacional e nacional?
9. Quais sugestões poderiam ser feitas para que a implementação de projetos de agências internacionais no País seja realizada de forma coordenada, evitando a duplicação de esforços?
10. Como fortalecer a governança ambiental internacional, particularmente o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em seu papel de apoiar os países na implementação dos compromissos ambientais e de formação de capacidades, promovendo a melhor interação entre os acordos multilaterais ambientais, entre si e com o Programa?
11. Qual o papel dos atores não-governamentais no sistema multilateral e de que forma as estruturas de governança das Nações Unidas podem viabilizar a participação e o reconhecimento das visões e demandas desses atores, de forma a não só influenciar o processo decisório como, também, de torná-los mais comprometidos com a implementação das decisões?